

“Em defesa da Cobra”

Um manuscrito e algumas histórias

Henrique Cukierman¹[0000-0001-7095-5708]

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro RJ 21941-914, Brasil
hcukier@cos.ufrj.br

Resumo. Um manuscrito, intitulado “Em defesa da Cobra”, revela uma carta em construção pela Associação dos Empregados da Cobra, cuja forma final (ainda não localizada) foi entregue a membros do Congresso Nacional e do poder executivo, em agosto de 1988. O objetivo era pressioná-los a impedir o processo, então em marcha, de privatização da Cobra Computadores, principal fabricante de mini e microcomputadores do período da reserva de mercado no Brasil. O artigo pretende recuperar algumas histórias relacionadas a essa tentativa de privatizar a Cobra, como se estivéssemos diante de um quebra-cabeça a ser resolvido, tomando o manuscrito como ponto de partida. Além do compartilhamento do próprio manuscrito, um documento relevante todavia sem registro na história do período, a resolução do quebra-cabeça envolve dois esforços: 1) investigar o noticiário de imprensa, rico em reportagens ao longo daquele 1988, quando a privatização de estatais ganhou fôlego na cena nacional; 2) entrevistas com atores participantes da luta pela “interrupção imediata desse processo de privatização, lesivo ao patrimônio público e contrário aos interesses da soberania nacional”, conforme se lê ao final do manuscrito. Entre ambos os esforços, uma diferença significativa: enquanto o noticiário da imprensa está imediatamente disponível, os atores daquela luta ainda têm de ser localizados. Enfim, o artigo permite uma visão de mais detalhe sobre uma iniciativa brasileira de privatização, uma bandeira sempre em voga - ora ativa, ora à espera de ser retomada - na pauta das políticas neoliberais dos governos e partidos latino-americanos desde os últimos anos do século 20.

Palavras-chave: reserva de mercado, privatização da Cobra, história da informática brasileira.

Abstract. A manuscript entitled “In defense of Cobra” reveals a letter drafted by the Association of Cobra Employees, the final form of which (not yet located) was delivered to members of the Brazilian National Congress and the Government in August 1988. The aim was to put pressure on them to prevent the privatization of Cobra Computadores, the main manufacturer of mini and microcomputers during the market reserve period in Brazil. The article aims to recover some stories related to this attempt to privatize Cobra, as if we were facing a puzzle to be solved, taking the manuscript as a starting point. In addition to sharing the manuscript itself, a relevant but unrecorded document in the history of the period, solving the puzzle involves two efforts: 1) investigating press reports throughout 1988, when the privatization of state-owned companies gained momentum on the national scene; 2) interviews with actors that had par-

ticipated in the struggle for the “immediate interruption of this privatization process, harmful to public assets and contrary to the interests of national sovereignty”, as we read at the end of the manuscript. There is a significant difference between the two efforts: while the press report is immediately available, some of the actors in the struggle have yet to be located. Finally, the article provides a more detailed view of a Brazilian privatization initiative, a banner that has always been in vogue - sometimes active, sometimes waiting to be taken up again - on the agenda of the neoliberal policies of Latin American governments and parties since the last years of the 20th century.

Keywords: market reserve, privatization of Cobra, history of Brazilian informatics.

A história da informática em nosso país jamais poderá ser contada sem que se faça referência ao importante papel desempenhado pela Cobra. Afinal, foi aqui que teve início a ousadia brasileira de procurar uma alternativa que nos levasse à conquista de capacitação tecnológica e desenvolvimento próprio.

(primeiras palavras do manuscrito “Em defesa da Cobra”, 1988, grifos nossos)

A Cobra - Computadores e Sistemas Brasileiros, fundada em 18 de julho de 1974, no Rio de Janeiro, a partir de uma confluência de projetos para o Brasil, especialmente os da Marinha e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)¹, tinha por objetivo o desenvolvimento de tecnologia nacional na fabricação de computadores, a partir dos trabalhos produzidos por um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Foi protagonista da experiência que ficou sobejamente conhecida como a “reserva de mercado para informática” até 1991, quando se abandonou em definitivo a ousadia brasileira pela conquista de capacitação tecnológica e desenvolvimento próprio em informática.²

Por volta de 10 anos atrás, recebi um manuscrito, intitulado “Em defesa da Cobra”, de um colega dos tempos de Cobra, onde trabalhei de 1980 a 1985. Na verdade, não

¹ O BNDES, fundado em 20 de junho de 1952, é uma empresa pública federal (vinculada à essa época ao então Ministério da Indústria e do Comércio), sendo até hoje o principal instrumento do Governo Federal, seu único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira.

² A história da Cobra e da reserva tem uma bibliografia considerável, da qual, a título de exemplo, podemos citar Adler (1991), Piragibe (1985), Tigre (1987), Meyer-Stamer (1990), Evans (1995), Dantas (1988) e Vianna Rodrigues (1984). Distinguem-se também nessa bibliografia vários artigos sobre o tema, apresentados nas diversas edições do SHIALC (Simpósio de História da Informática na América Latina e Caribe), cujos anais estão disponíveis em <https://shialc.cos.ufrj.br/pt/eventos-passados/>

me lembro exatamente qual o colega, mas sei que a generosa oferta desse documento, escrito em papel timbrado da Cobra, foi sua resposta ao apelo que eu fazia sistematicamente à comunidade de ex-engenheiros da Cobra, reunidos em uma lista de emails, a Confraria do Bit, para que participassem do SHIALC (Simpósio de História da Informática na América Latina e Caribe) com seus testemunhos. Conclamava meus e minhas ex-colegas a um esforço que propagandeava como necessário à preservação de nossa história de luta pela autonomia tecnológica nacional na fabricação de mini-computadores, travada especialmente ao longo dos anos 1980. Em verdade, meus insistentes apelos – desde 2010, a cada edição bianual do SHIALC, repetia o apelo – renderam poucos resultados, entre eles a doação desse manuscrito, acompanhado de dois breves relatórios redigidos pela Associação de Empregados da Cobra, a AEC, intitulados “Movimento contra a privatização/Notícias de Brasília” (1988) e “Informes da ida a Brasília” (1988).

O primeiro desses relatórios, assinado por Braz Magno Silva e Carlos Zanoni, representantes da AEC, informou a ida deles a Brasília com o “Em defesa da Cobra” em mãos, inicialmente para entregá-lo, em 16 de agosto de 1988, ao novo ministro do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, Ralph Biasi, durante os cumprimentos da sua cerimônia de posse. No dia seguinte, ainda segundo esse relatório, estabeleceram contato direto ou através dos gabinetes com vários parlamentares³, levando-lhes o apelo à interrupção do processo de privatização da Cobra e à liberação do aporte do capital necessário à empresa.

O segundo desses relatórios deu conta do périplo, de 25 a 26 de agosto de 1988, de uma comissão de 35 pessoas pelos corredores brasilienses do executivo e do legislativo para entregar o “Em defesa da Cobra” a parlamentares e autoridades governamentais. Inicialmente dirigiram-se ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte⁴, enquanto o ministro Ralph Biasi recebia Braz Magno Silva, presidente da AEC, acompanhado de alguns parlamentares⁵, que informaram o adiamento da venda da empresa por um período de 60 dias. Alguns membros da comissão entraram em contato com os ministros militares, enquanto outros distribuíram o “Em defesa da Cobra” à imprensa. No dia seguinte, mais encontros de alguns membros da comissão com parlamentares⁶, enquanto outros seguiram distribuindo o documento por todos os

³ O relatório cita os nomes de Mauricio Fruet, Severo Gomes, Vladimir Palmeira, Olivio Dutra, Fernando Henrique Cardoso (que viria a ser Presidente da República de 1 de janeiro de 1994 a 1 de janeiro de 2003), Jamil Haddad, Paulo Ramos, Nelton Friedrich, José Serra, Ulisses Guimarães, Mauricio Correia, Carlos Chiarelli, Pimenta da Veiga, Vivaldo Barbosa, Brandão Monteiro, Mário Covas, Nelson Carneiro, Arthur da Távola, Lysâneas Maciel e Roberto D’Ávila.

⁴ A Assembleia Nacional Constituinte foi instalada no Congresso Nacional, em Brasília, a 1º de fevereiro de 1987, resultante da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, com a finalidade de elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, após 21 anos de ditadura militar. Os trabalhos da Constituinte foram encerrados em 22 de setembro de 1988, após a votação e aprovação do texto final da nova Constituição brasileira.

⁵ Foram eles: senador Severo Gomes e os deputados Luiz Alfredo Salomão, Vladimir Palmeira, Edmilson Valentim e Samir Achôa.

⁶ Foram eles, entre outros: César Maia, Francisco Dornelles, Gastone Righi, Rubens Medina, José Genoíno, Olivio Dutra e Luiz Inácio da Silva, atual presidente da República em seu terceiro mandato.

gabinetes de parlamentares. Este relatório, assinado pela diretoria da AEC, terminou consignando em letras maiúsculas: “A COBRA ESTÁ VIVA. VIVA A COBRA!”

Até o momento não pude verificar quem escreveu o manuscrito, mas certamente meu colega de Cobra foi um dos seus redatores. Também ainda não foi possível verificar de que forma o documento circulou pela AEC até que tomasse sua forma final, e se o documento que circulou em Brasília corresponde ao manuscrito que tenho em mãos, cuja discussão é o que veremos neste artigo.

A trilha metodológica seguida neste artigo para a discussão do manuscrito buscou - a partir de um foco concentrado nesse único documento - desenvolver em outras bases a relação entre o micro e o macrossocial. Assim, em vez de uma separação entre as interações particulares e o contexto geral, em que este último explicaria as primeiras, buscou-se identificar o ir e vir indeterminado entre o particular e o geral, de tal forma que as mais altas questões, tais como a política nacional de informática e/ou os interesses estadunidenses, se vinculassem, sem sobressaltos, ao destino em particular de uma empresa fabricante de minicomputadores como a Cobra. Uma inspiração para esta opção encontra-se na proposta formulada por Bruno Latour:

Sim, devemos seguir a sugestão de que as interações transbordam muitos ingredientes já existentes que vêm de outros tempos, outros espaços e outros agentes; sim, devemos aceitar a ideia de nos deslocarmos a outros sítios a fim de encontrar as fontes desses muitos ingredientes. Mas assim que sairmos de uma interação, devemos ignorar as gigantescas placas sinalizadoras "para o contexto" ou "para a estrutura"; em vez disso, devemos virar num ângulo reto, deixar as autoestradas e optar por caminhar através de uma minúscula vereda, não muito mais larga do que uma trilha de burros (Latour, 2005, p. 171).⁷

Pois foi através dessas minúsculas veredas que, partindo de um simples manuscrito formulado por uma associação de empregados, pudemos alcançar ministros, deputados, senadores, bancos públicos, interesses econômicos, etc., enfim, tudo aquilo que costuma chamar-se de “contexto”, sem todavia tomá-lo de forma apriorística e determinística. Se o “contexto” é geralmente apreciado como explicação de um particular, todavia deve ser igualmente explicado pelo particular, ou dito de outra forma, em vez de partir-se de um “contexto” englobante, estabelecido de antemão, para explicar – ou mesmo determinar - aquilo que é construído, procura-se mostrar no presente artigo que os contextos são também construídos através de “modestas” interações locais e contingentes.⁸

Um manuscrito revelador de mais um capítulo da luta para “tornar o Brasil em país soberano” (Manuscrito, 1988, p. 9), traduzida como sendo a luta pelo domínio das

⁷ Do original: “Yes, we should follow the suggestion that interactions are overflowed by many ingredients already in place that come from other times, other spaces and other agents; yes, we should accept the idea of moving away to some other sites in order to find the sources of those many ingredients. But as soon as we get out of some interaction, we should ignore the giant signs ‘toward Context’ or ‘to Structure’; we should turn at a right angle, leave the freeways, and choose instead to walk through a tiny path not much wider than a donkey’s trail”.

⁸ Veja na nota seguinte o conceito de tradução, outra inspiração para a discussão do manuscrito no presente artigo.

tecnologias de fabricação de computadores, por sua vez traduzida como a única garantia ao Brasil de um lugar ao sol entre as nações⁹:

O ciclo econômico que inauguramos nesse final de século e que se consolidará no seguinte, todos sabem, está ligado à informatização e ao desenvolvimento dos meios de comunicação. Quem não vencer este desafio e dominar os meios de realizá-lo, estará condenado a ser um país periférico (idem, p. 8-9).

Nessa batalha agonística entre a relevância e a irrelevância do país, de quais “inimigos” a Cobra deveria ser defendida? O manuscrito traz à tona uma velha protagonista das discussões de economia no Brasil e em muitos outros países da América Latina: a privatização de empresas estatais, sempre acompanhada da “tradicional” discussão sobre o tamanho e a participação do Estado na economia. Uma discussão que fez o manuscrito retornar à luta pela nacionalização do petróleo, iniciada nos anos 1930, cuja instauração foi alcançada em 3 de outubro de 1953, quando o então presidente Getúlio Vargas assinou a Lei 2004 criando a Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS, assegurando assim o monopólio estatal desse recurso estratégico:

... gostaríamos de nos dirigir à sociedade brasileira para que ela saiba que, assim como hoje não há dúvidas de que o petróleo existe e é nosso, a informática e os mais modernos meios de produção e comunicação também podem sê-lo, desde que haja vontade política e mobilização. para defender os seus investimentos legítimos da permanente ameaça dos grupos estrangeiros e seus aliados internos (idem, p. 10).

O principal aliado interno dos grupos estrangeiros, estrategicamente posicionado à frente do esforço de privatização da COBRA, é apontado no manuscrito como sendo o BNDES. Identificando o “deslocamento do eixo de discussões sobre a política de informática para dentro do Banco, devido ao seu poder enquanto agente financeiro” (idem, p. 2-3), o manuscrito acusa o BNDES de ser

incapaz de traçar uma estratégia de longo prazo e de desempenhar um novo papel de principal agente econômico de uma política industrial para o setor ... a falta de um planejamento adequado e, por consequência, de critérios que direcionem os investimentos nesta área, fez com que a Cobra se torne uma empresa incômoda dentro do Banco ... [portanto] se decide privatizá-la, seguindo o modelo administrativo padrão utilizado pelo BNDES, no qual não faz diferença se a Cobra produz computadores, fabrica macarrão ou cria cavalos manga-larga (idem, p. 3).

⁹ Sigo aqui o conceito de tradução, conforme proposto por Bruno Latour (1987, p. 117, grifos do original): “Agora deveria estar claro porque usei a palavra **tradução**. Além do seu significado linguístico (relacionando versões em uma língua a versões em outra língua), possui também um significado geométrico (deslocando de um lugar a outro). ... A principal vantagem de uma mobilização assim tão lenta é que as questões particulares [como a fabricação local de computadores] tornam-se agora **solidamente vinculadas** às questões maiores [a soberania nacional] ..., tão bem vinculadas que ameaçar as primeiras equivale a ameaçar as últimas. Sutilmente tecida e cuidadosamente lançada, essa finíssima rede pode ser muito útil para manter os grupos em suas malhas”.

A aparentemente bizarra comparação da Cobra com outros tipos muito distintos de empreendimentos industriais era uma referência às privatizações conduzidas pelo BNDES e já concluídas àquela data. Entre elas, por exemplo, uma fábrica de tecidos, a Companhia Industrial de Tecidos Nova América, cuja privatização suscitou um depoimento, em 2002, do então presidente do Banco (entre 1987 e 1989), Márcio Fortes, para quem as primeiras privatizações realizadas pelo Banco tinham o objetivo de gerar caixa: “Em 1987, o Banco não tinha dinheiro para pagar a própria folha de pagamento. Foi salvo pela privatização da Fábrica de Tecidos Nova América” (apud Araújo, Costa, Melo, 2015). O manuscrito não discordava propriamente da privatização de alguns desses empreendimentos, mas sim de uma privatização indiscriminada:

... está claro que não se deseja tê-lo [o Estado] como administradora de hotéis, fábricas têxteis e outras atividades em que a iniciativa privada tem competência e está plenamente capacitada a exercê-la. Entretanto, pretender que ele se retire das atividades de risco ligadas à pesquisa e desenvolvimento em tecnologia de ponta é ignorar até mesmo o exemplo dado pelas economias mais liberais do mundo (Manuscrito, 1988, p. 7).

A acusação ao BNDES no manuscrito se avoluma com a publicação de uma tabela com os valores investidos pelo Banco nas empresas da área, no ano de 1987, quando apenas 3,3% do total foram dirigidos à Cobra:

Tabela 1. – Valores investidos pelo BNDES na área de informática em 1987

Fonte: BNDES (apud Manuscrito, 1988, p.4)

EMPRESA	Valor em 1 mil OTNs¹⁰	Valor em Reais	Valor em dólares dos EUA¹¹	% do total investido
Sharp/SID	3367,7	R\$ 126.659.197,00	\$ 24.989.859,57	26,16%
Elebra	3343,8	R\$ 125.760.318,00	\$ 24.812.510,74	25,97%
Digirede	2127,3	R\$ 80.007.753,00	\$ 15.785.529,67	16,52%
Edisa	1265,6	R\$ 47.599.216,00	\$ 9.391.325,32	9,83%
Scopus	1189,9	R\$ 44.752.139,00	\$ 8.829.597,02	9,24%
PHT	914,3	R\$ 34.386.823,00	\$ 6.784.520,18	7,10%
Cobra	424,3	R\$ 15.957.923,00	\$ 3.148.498,21	3,30%
Itau com	112,3	R\$ 4.223.603,00	\$ 833.316,87	0,87%
Heliodinâmica	70,4	R\$ 2.647.744,00	\$ 522.399,89	0,55%
Iesa	58,7	R\$ 2.207.707,00	\$ 435.580,59	0,46%
TOTAL	12874,3	R\$ 484.202.423,00	\$ 95.533.138,06	100,00 %

A drástica redução de investimentos na Cobra é também uma história sem surpresas quando se trata de empresas estatais em vias de privatização: desinvestimento seguido de desestatização sempre se articularam – e seguem se articulando – em uma mesma narrativa, celebrando uma tradução bastante reiterada nesses casos, a saber, a desestatização aumentaria a competitividade, fortaleceria o mercado e a iniciativa privada e melhoraria o ambiente de negócios, além de que, uma vez privatizadas, essas empresas supostamente receberiam investimentos e iriam gerar mais empregos.

Afinal, a defesa da Cobra foi bem sucedida àquele momento? Sim, se somente considerarmos o curtíssimo intervalo de tempo daqueles poucos dias, já que a privatiza-

¹⁰ OTN, ou Obrigação do Tesouro Nacional, foi um título da dívida pública brasileira. A tabela no manuscrito incluiu apenas a coluna das OTNs. Foram acrescentadas para este artigo as colunas com o equivalente às OTNs em Real e em Dólares dos EUA, assim como o percentual de cada investimento em relação ao total investido.

¹¹ Para calcular o valor atual de uma OTN, fez-se a atualização do valor em dezembro de 2000, quando deixou completamente de existir, até março de 2004. Segundo vários sites, o valor de uma OTN em dezembro de 2000 era de R\$ 6,5654. Atualizando-se este valor através da calculadora do cidadão do BCB - Banco Central do Brasil, segundo o IGP-M/Índice Geral de Preços - Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, disponível em <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>, obtém-se o valor atual (março de 2024) de R\$ 37,61 para uma OTN. O valor da conversão de Real para Dólar dos EUA foi obtido, em 10/04/20024, através do conversor de moedas do BCB, disponível em <https://www.bcb.gov.br/conversao>, com a seguinte taxa de conversão: 1 Real = 0,1974178 Dólar dos Estados Unidos.

ção da Cobra de fato foi adiada, conforme anunciado à comissão da AEC por parlamentares, com o já o vimos anteriormente, e igualmente anunciado pelo O Globo, de 26 de agosto de 1988. Sem dúvida a coincidência do adiamento com a distribuição do “Em defesa da Cobra” em Brasília indica a possibilidade do documento ter sido seu grande responsável. Porém, desde antes já havia muitas movimentações de bastidores, efeito das disputas intestinas no governo, como atesta O Globo, de 13 de setembro de 1988, em matéria cujo título, “Ministro diz que Lei de Informática agoniza”, diz bem dos ataques que sofria a Lei que oferecia o respaldo jurídico para a vigência da reserva de mercado e, por consequência, que assegurava o vigor da Cobra como principal protagonista da reserva:

Apesar de não ter a execução da política nacional de informática como atribuição de seu ministério, o Ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves, disse ontem que vem sentindo no governo uma tendência de modificações na Lei de Informática. Sem querer explicitar as mudanças, o Ministro afirmou que a lei está vivendo um período pré-agônico, “primeiro passo das coisas que vão morrendo na medida em que caem em desuso”.

Nesta mesma matéria, as palavras do Ministro da Ciência e Tecnologia, Ralph Biasi, evidenciam o embate no interior do próprio governo a respeito da Cobra, em especial à sua grave situação financeira:

.. [o Ministro Biasi disse que] desde março deste ano, [a Cobra] está à espera de aporte de capital do BNDES, mas os recursos estão bloqueados porque ainda não foi definida a forma de privatização da empresa ... O ponto nevrálgico da privatização da Cobra, segundo o Ministro Biasi, é a preservação de seu patrimônio tecnológico, em especial o sistema operacional padrão para computadores SOX.¹²

Entra em cena o SOX, um sistema operacional baseado no UNIX, desenvolvido naquele final dos anos 80 pela Cobra, uma espécie de “joia da coroa” de sua capacidade tecnológica dada a extrema complexidade do desenvolvimento de um sistema operacional. A confirmá-lo, o fato de que o SOX foi o único sistema operacional UNIX-like desenvolvido fora dos Estados Unidos, com a devida aprovação nos testes de verificação de compatibilidade realizados nos EUA, e, conseqüentemente, certificado como compatível com o UNIX da estadunidense AT&T, a empresa que lançou o UNIX. Como o Ministro Biasi, o manuscrito reserva um lugar especial ao SOX:

A Cobra, nos últimos anos, vem investindo pesadamente em desenvolvimento ... [como no caso] do sistema operacional SOX, projetado para servir como alternativa nacional ao padrão mundialmente estabelecido com o surgimento do UNIX. ... Apenas no SOX foram investidos cinquenta e três milhões de dólares.¹³ Tal esforço, no entanto, não vem sendo apoiado devidamente pelos acionistas da em-

¹² Sobre o SOX, veja (Cardoso, 2013).

¹³ O manuscrito registra o valor de US\$ 20 milhões, convertido a valores de hoje para US\$ 52,8 milhões, calculados a partir da seguinte taxa: US\$ 1 em 1988 tem hoje um valor de compra equivalente a aproximadamente US\$ 2,64 (veja em <https://www.in2013dollars.com/us/inflation/1988?amount=1>).

*presa. Do total de investimentos feitos pelo BNDES nesta área no ano de 87, apenas 3,3% foram dirigidos à Cobra ...*¹⁴

O manuscrito reforça a importância do desenvolvimento do SOX, destacando a Cobra como a única empresa que desenvolveu um sistema operacional próprio baseado no Unix, contrastando este esforço com o da iniciativa privada brasileira, para quem seria mais fácil – e mais inconsequente para o país – comprar um sistema operacional no exterior

... queimando divisas do país e criando um perigoso vínculo de dependência. Para que se tenha uma ideia da gravidade que isso representa, nenhum computador brasileiro que possua um sistema operacional licenciado nos Estados Unidos poderá ser exportado sem prévia consulta à empresa que o licenciou e ao Departamento de Comércio Exterior americano (p. 5).

O Ministro Biasi havia tomado posse um pouco antes – em 16 de agosto de 1988 – no Ministério da Ciência e Tecnologia, quando explicitou sua posição face a esta situação de dependência dos EUA: uma posição em defesa da soberania nacional e dos interesses brasileiros, conforme noticiado pelo O Globo, de 16 de agosto de 1988, em matéria sintomaticamente intitulada “Biasi quer pulso firme diante de pressões externas”. Vejamos sua justificativa a este respeito, publicada nessa edição do jornal:

Nosso país, hoje, enfrenta as nações do Primeiro Mundo em quase todo o cenário internacional. Um enfrentamento natural, na medida em que o Brasil cresceu e está colocando no mercado mundial um grande número de produtos. Por isso teríamos de dar trombadas naqueles que detêm esse mercado. Tais atritos, porém, não são fatores de má política externa, mas retratam claramente a força que temos para concorrer nesses mercados.

No caso da informática, as palavras do Ministro Biasi mostram-se hoje absurdamente otimistas. Em verdade, como prognosticou seu colega do Ministério da Indústria e Comércio, a reserva estava próxima do seu fim, ocorrido em 1990 com a chegada de Fernando Collor à presidência.¹⁵ Os atritos terminaram por revelar não a força, mas sim a fraqueza do país frente à concorrência global.

Afinal, o que poderia explicar a interrupção da privatização da Cobra naquele intervalo de poucos dias de agosto de 1988, quando a comissão da Cobra visitou Brasília? Se o documento assinado pela AEC em defesa da Cobra possa ter sido um ator relevante, não o seria, como mostrado, sem as dissidências intragovernamentais e as pressões estadunidenses sobre a reserva de mercado.¹⁶ Todavia há mais um ingrediente nessa história, acrescentado por Ivan da Costa Marques, à época presidente da

¹⁴ Veja Tabela 1.

¹⁵ Veja (Cukierman, 2013) e (Cukierman, Castro, Silva, 2012). Este último artigo está nos anais do II SHIALC, disponível em <https://is.cos.ufrj.br/memoria/>

¹⁶ Veja a excelente tese de Alberto Jorge Silva de Lima, intitulada “Além da nostalgia de Macunáima: as promessas de Brasis na Política Nacional de Informática, nas iniciativas de software livre e na geração cidadã de dados em favelas” (2022), uma contribuição vigorosa à história da informática no Brasil, com destaque para sua pesquisa inédita sobre o monitoramento dos EUA da Política Nacional de Informática.

Cobra, em depoimento gravado em 10 de abril de 2024. Segundo narrou-me, ele viajou de manhã a Brasília junto com o seu assessor na direção da Cobra, coronel engenheiro da Aeronáutica Jorge Monteiro Fernandes, para uma audiência solicitada ao então chefe do SNI – o famigerado Serviço Nacional de Informações¹⁷, General Ivan de Souza Mendes, quando contaram-lhe que a Cobra estava sendo vítima de um processo de privatização atropelado, promovido pelo BNDES. Após uma detalhada exposição da situação, o General Mendes perguntou-lhes o que afinal desejavam, ao que Marques respondeu com um pedido simples e direto: que o processo de privatização da Cobra fosse interrompido.¹⁸

Após as despedidas de praxe, embarcaram na hora do almoço de volta ao Rio de Janeiro, um voo com duração aproximada de apenas 1 hora e 45 minutos. Ao desembarcarem, souberam pelo próprio BNDES que o processo de privatização havia sido suspenso, o que, ainda segundo Marques, demonstra o poder que os militares ainda tinham à época, mesmo que o país já se encontrasse em franco processo de redemocratização, sob o governo civil de José Sarney. Na verdade, o efeito da intervenção do General Mendes foi ainda maior, pois, segundo noticiado em O Globo, de 26 de agosto de 1988, o BNDES foi afastado de forma definitiva do processo de privatização da Cobra, entregue de ali em diante aos cuidados exclusivos do Ministério de Ciência e Tecnologia. Ainda segundo essa reportagem, “depois de admitir que o BNDES não pode considerar os aspectos tecnológicos da estatal na privatização ... Fortes [presidente do BNDES] declarou que o BNDES não privatizaria a Cobra”, decisão comemorada por Ivan da Costa Marques, segundo registrado na mesma matéria de O Globo: “A mudança é positiva porque aumenta as chances de que o patrimônio tecnológico da empresa seja avaliado corretamente”.

Tanto o Ministro Biasi como Ivan da Costa Marques reiteraram o conceito de “patrimônio tecnológico”, que se entende como a posse dos direitos de propriedade sobre a tecnologia, ou dito de outra forma, o conceito explicita a devida preocupação com a origem da tecnologia: uma tecnologia made in Brazil, ainda que com as mesmas funcionalidades de uma made in USA, é totalmente diferente de sua “similar” estadunidense. Se continuarmos com o exemplo do SOX, vamos encontrar a questão da origem da tecnologia e, portanto, do “patrimônio tecnológico”, em um bilhete manuscrito, de 2 de outubro de 1989, enviado pelo coronel engenheiro da Aeronáutica, Jorge Monteiro Fernandes, ao General Ivan de Sousa Mendes, os mesmos protagonistas da cena aqui já descrita, vivida mais de um ano antes contra a privatização da Cobra. Nesse bilhete, Fernandes comunicava a Mendes sua insatisfação frente ao parecer, apresentado pelo então Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, em debate no Conselho Nacional de Informática e Automação (CONIN)¹⁹, em que propunha que a reserva para o SOX só fosse mantida quando o próprio Estado fosse o

¹⁷ Criado em 13 de junho de 1964 em conformidade com o que havia idealizado um dos artífices do golpe militar de 1964, General Golbery do Couto e Silva, o SNI funcionou como a polícia política da ditadura militar, tendo sido extinto em 15 de março de 1990, já no governo Fernando Collor de Melo.

¹⁸ Segundo seu depoimento, apesar de não ter certeza sobre sua memória das palavras exatas do General Mendes, ele teria perguntado: “Afinal de contas, o que o senhor quer?”

¹⁹ O CONIN era o órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República na formulação da Política Nacional de Informática. Tinha uma composição variada, distribuída entre ministros - entre eles o ministro do Exército - e representantes da sociedade civil.

comprador, liberando a livre adoção do UNIX para os demais casos. Conforme Fernandes (1989) escreveu em seu bilhete,

[a] história passada e recente do nosso Brasil obriga-nos a concluir que tal resolução não será efetiva e nem eficaz em relação ao SOX ... não concordamos com tal proposta. A construção da Política Nacional de Informática vem causando algumas preocupações a minha pessoa e a outras do setor. ... Não faz sentido e é difícil explicar à nação a imposição de sacrifícios em nome da busca de autonomia tecnológica ... [caso] se permita a compra de tecnologia [estrangeira]... além de se penalizar as que investem no desenvolvimento próprio [como o caso do investimento da Cobra no SOX]. O objetivo nunca foi criar empresas intermediárias, simples mascates, pois se o fosse, não seria justo nem defensável.²⁰

O bilhete é mais uma evidência, colhida dos bastidores, do grau da discordância intragovernamental, neste caso situada entre os próprios militares de alta patente, frente à construção da Política Nacional de Informática, deixando claro que de fato a Cobra se encontrava sob ataque não somente de grupos estadunidenses mas também de brasileiros. O manuscrito aponta a origem desses ataques, especialmente aqueles vindos de brasileiros:

... indefinição dos órgãos do governo com relação à Política Nacional de Informática; indefinição do governo quanto ao papel da empresa; instabilidade política no próprio MCT, que é responsável pela empresa; corte nos investimentos, devido à descapitalização crescente por falta de interesse dos seus acionistas; salários abaixo do mercado devido à política de controle do governo, sem que seus funcionários possuam compensações, como os benefícios obtidos em estatais de maior porte; política de demissões como tentativa de reduzir as despesas de pessoal (Manuscrito, 1998, p. 7-8).

O manuscrito também destaca um desalinhamento das empresas beneficiadas pela reserva de mercado, fazendo lembrar a referência do coronel Fernandes às empresas intermediárias, simples mascates, fazendo da Cobra uma espécie de reserva moral dos objetivos da Política Nacional de Informática:

É importante observar que a iniciativa privada não respondeu de modo completamente satisfatório ao mandato que a sociedade lhe concedeu com a reserva de mercado para a informática. Sem o domínio de todas as etapas do processo, a dependência à tecnologia estrangeira apenas desloca-se de eixo (idem, p.8).

Finalmente, o manuscrito elenca suas exigências:

- 1. concretização imediata dos aportes de capital prometidos e não realizados;*
- 2. os investimentos necessários para que a empresa possa lançar seus novos produtos;*
- 3. interrupção imediata desse processo de privatização, lesivo ao patrimônio público e contrário aos interesses da soberania nacional (idem, p. 9).*

²⁰ Agradeço a Ivan da Costa Marques a entrega de uma cópia do manuscrito.

As tantas marchas e contramarchas a favor e contra a privatização da Cobra mostram que, àquela altura do final da década de 1980, a reserva de mercado já claudicava em sua caminhada que, conforme o sabemos, encerrou-se em 1991, no governo de Fernando Collor, quando foi promulgada a nova lei de informática, a Lei nº 8.248, em 23 de outubro de 1991, que aboliu radicalmente os pilares nacionalistas e as preocupações com a tal da soberania nacional, ironicamente celebrada apenas alguns poucos anos antes na Lei 7.232, de 29 de outubro de 1984. Por esta razão, não foi difícil concluir, em outro artigo que apresentei ao II SHIALC (Medellín, 2012), que esta primeira lei de informática já havia morrido mal nascera:

A rapidez na tramitação [da Lei 7.232 no Congresso Nacional, ao longo do segundo semestre de 1984] permite supor que a redação final da lei já estivesse suficientemente alinhavada a priori, porém o olhar retrospectivo permite igualmente supor que talvez aqueles que criticaram a rápida aprovação da lei não estivessem desprovidos de alguma razão, já que a relação entre a indústria de hardware e a política industrial da reserva de mercado talvez necessitasse mesmo de uma análise mais profunda, até porque cerca de sete anos depois a política nacional seria exatamente oposta. Ou seja, em termos da lei que sucedeu-lhe apenas sete anos mais tarde, pode-se dizer que a lei de 1984 foi uma lei natimorta (Cukierman, Castro, Silva, 2012).

A palavra-chave para esse episódio da privatização interrompida da Cobra creio ser ousadia, conforme registrada no manuscrito e reproduzida na epígrafe deste artigo, a ousadia brasileira de procurar uma alternativa que nos levasse à conquista de capacitação tecnológica. Ousadias abrem portas e veredas, e não foram poucas as que se abriram, porém, e desde já perdoem-me a redundância, ousadias muito ousadas, como foi a experiência brasileira da reserva de mercado, atraíram igualmente, como não poderia deixar de ser, poderosas forças conservadoras de oposição que, aos poucos, foram se consolidando até lograr extinguir por completo essa experiência, não somente àqueles tempos, mas também, durante muitos dos anos subsequentes, na sustentação de uma campanha longeva de acusações à reserva, cujos ecos se fazem ouvir ainda hoje, como atesta recente publicação, de 17 de fevereiro de 2024, capturada na Internet: “Finalizando, juntando erros e poucos acertos, a reserva de mercado de informática deixou claro que o isolacionismo não funciona bem em uma economia cada vez mais globalizada e aberta”²¹. Portanto, segue em aberto a disputa pela memória histórica da experiência da reserva de mercado e seu legado para o Brasil, uma disputa da qual o presente artigo procura participar, oferecendo sua breve revisão a respeito da tentativa de privatização da Cobra em 1988, que, assim podemos agora concluir, fez as vezes de anúncio antecipado da morte de tamanha **ousadia**.

²¹ Disponível em <https://www.dio.me/articles/direto-ao-ponto-16-a-reserva-de-mercado-da-informatica-no-brasil-1984-1992>

Referências

Fontes

Jornal O Globo 1988
Manuscrito “Em Defesa da Cobra” (1988)
Informes da ida a Brasília, Associação de Empregados da Cobra – AEC (1988)
Movimento contra a privatização/Notícias de Brasília – AEC (1988)
Bilhete de Jorge Monteiro Fernandes ao General Ivan de Souza Mendes (1989)
Depoimento de Ivan da Costa Marques (2024)

Referências bibliográficas

Adler, Emanuel, 1991. *The Power of Ideology - The Quest for Technological Autonomy in Argentina and Brazil*. University of California Press, Berkeley (1991)

Araújo, Victor Leonardo de, Costa, Gloria Maria Moraes da, Melo, Hildete Pereira de. O BNDES nas privatizações do governo Sarney: pragmatismo ou uma política neoliberal? In: *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica/12ª. Conferência Internacional de História das Empresas, Vitória* (2015)

Cardoso, Marcia de Oliveira. *SOX: um UNIX-compatível brasileiro a serviço do discurso de autonomia tecnológica na década de 1980*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (2013)

Cukierman, Henrique. *Computer Technology in Brazil: From Protectionism and National Sovereignty to Globalization and Market Competitiveness*. *Information & Culture: A Journal of History* **48(4)**, 479-505 (2013)

Cukierman, Henrique, Castro, Rachel Gonçalves de, Silva, Luiz Augusto da. Os debates parlamentares das leis de informática (1984, 1991, 2001, 2004). In: *Anais do II SHIALC – Simpósio de História da Informática na América Latina e Caribe, Medellín* (2012)

Dantas, Vera. *Guerrilha Tecnológica - A Verdadeira História da Política Nacional de Informática*. LTC - Livros Técnicos e Científicos Ed., Rio de Janeiro (1988)

Evans, Peter. *Embedded Autonomy - States & Industrial Transformation*. Princeton University Press, Princeton (1995)

Latour, Bruno. *Science in Action - How to Follow Scientists and Engineers through Society*. Harvard University Press, Massachusetts (1987)

Latour, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford University Press, New York (2005)

Lima, Alberto Jorge Silva de. Além da nostalgia de Macunaíma: as promessas de Brasília na Política Nacional de Informática, nas iniciativas de software livre e na geração cidadã de dados em favelas. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (2022)

Meyer-Stamer, J. From Import Substitution to International Competitiveness – Brazil's Informatics Industry at the Crossroads. German Development Institute, Berlin (1990)

Piragibe, Clélia. Indústria da informática: desenvolvimento brasileiro e mundial. Campus, Rio de Janeiro (1985)

Tigre, Paulo. Indústria Brasileira de Computadores: perspectivas até os anos 1990. Campus, Rio de Janeiro (1987)

Vianna Rodrigues, Silvia Helena. Rastro de Cobra. Edição da autora, Rio de Janeiro (1984)